



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

O PRECONCEITO LINGUISTICO EM SALA DE AULA NA CONTRAMÃO DAS FUNÇÕES DA EJA

SIMONE DA SILVA

EIXO: 15. ESTUDOS DA LINGUAGEM

Resumo

Ao analisarmos o trabalho com a Língua Portuguesa na sala de aula da Educação de Jovens e Adultos, nos indagamos: será que escola está de acordo com as funções da EJA, ou está contribuindo para a continuidade do processo excludente que perpassa a história da vida escolar dos sujeitos da EJA?

Percebemos em nossas coletas de dados que a resposta para nosso questionamento aponta para uma prática escolar onde prevalece a defesa da reprodução de conhecimento engessado quando se trata do trabalho com a língua materna, prevalecendo a transmissão e reprodução da ideologia da classe dominante que envolve os conceitos de norma "cultura", norma padrão, norma popular, vícios de linguagem, vernáculos, falar certo ou errado, falar bonito ou feio, tudo carregado por um forte preconceito linguístico presente na prática de sala de aula.

Palavras chaves: Funções – Educação de jovens e adultos – Preconceitos linguístico

Resumen

Al analizar el trabajo con la lengua portuguesa en el aula de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), inquirámonos: ¿Será que la escuela está de acuerdo con las funciones de la EJA ó contribuye para la continuidad del proceso excluyente que sigue en dirección a la historia de la vida escolar de los alumnos?

Percibimos en nuestra búsqueda que nuestro interrogatorio advierte para una práctica escolar donde prevalece la defensa de la reproducción de conocimiento enyesado cuando le toca trabajar con la lengua materna, prevaleciendo la transmisión y la reproducción de la ideología de la clase

dominante que involucra los conceptos de "norma", "norma culta", vicios del lenguaje, norma popular, las lenguas vernáculas que prevalecen, hablar bien o mal, hablar hermoso o feo, todos ellos llevados por una fuerte discriminación lingüística en el aula. Contraseñas - Funciones - Educación de jóvenes y adultos - Discriminación lingüística

~~Introdução

Este artigo discute as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação de jovens e adultos, enfocando as funções da EJA definidas no Parecer 11/2000. Para realizar o estudo, buscamos responder um questionamento que nos inquietávamos: a escola está construindo conhecimentos lingüísticos seguindo as funções reparadora, equalizadora e qualificadora, ou reproduzindo ideologias da classe dominante no que se refere ao trabalho com a língua materna?

Esse texto é um recorte de uma pesquisa do curso de Mestrado em Educação, onde investigamos as práticas de salas de aula de EJA quando o assunto é variação lingüística. Durante a coleta de dados para essa pesquisa, podemos acompanhar o desenvolvimento de algumas aulas em 30% das escolas que possuem turmas de educação de jovens e adultos na Cidade de Pilar/AL, onde percebemos que o trabalho com a língua materna ainda está muito atrelado ao trabalho com a norma padrão, sendo a Língua Portuguesa considerada sinônimo de norma culta.

Para o desenvolvimento do trabalho, além da coleta de dados através da observação e do registro gravado e escrito, recorreremos a um referencial teórico que nos subsidiou em nosso marco conceitual, com grandes estudiosos na área da linguagem, com enfoque na sociolingüística e na Educação de Jovens e Adultos, composto por Andrade, Antunes, Bagno, Bortoni-Ricardo, Brighth, Carvalho, Castilho, Cavalcante, Chauí, Dionísio, Faraco, Fonseca, Gagné, Galvão, Gorski, Labov, Marchuschi, Mollica, Scherre, Tarallo, Votré, etc.

A resposta para nosso questionamento aponta que a escola constrói menos conhecimentos de forma emancipadora, com poucas ações voltadas para o atendimento às funções reparadora, equalizadora e qualificadora, prevalecendo a transmissão e reprodução da ideologia da classe dominante. Língua, preconceito lingüístico e exclusão nas salas de aula da EJA Desde a colonização de nosso país, a Língua Portuguesa se oficializou como a língua materna do Brasil. Embora ela seja falada por quase toda a população, a língua materna apresenta variações. Isso por que seus usuários são seres humanos e como tal usam a língua constantemente, seja ela falada e/ou escrita. Os estudos sociolingüísticos mostram que há co-variação sistemática das variações lingüísticas e sociais. Neste sentido, acreditamos que a Língua Portuguesa não deve ser tratada como completamente uniforme, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura (BRIGHT, 1974).

Entretanto, não é raro encontrarmos nas escolas o trabalho com a Língua Portuguesa voltado para uma abordagem sob a orientação da ideologia da classe dominante, na qual se expõe um modelo

único da Língua, classificada como sinônimo de norma culta, propagando neste sentido a ideia de unidade linguística, numa metodologia definida com base na gramática normativa.

Na contramão da função reparadora da EJA, essa metodologia não atende as necessidades dos sujeitos alunos dessa modalidade e segue contrariando o que determina a legislação que rege a educação de jovens e adultos

a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. (Parecer 11/2000, p.09)

A escola está situada em uma sociedade dividida em classes sociais. Althusser (1983) chama a atenção para escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado por considerar a instituição escolar como um instrumento da classe economicamente dominante, detentora do poder político, para a reprodução das relações sociais que favorecem a continuidade desta classe no poder, e consequentemente mantém as relações de dominação e submissão existentes. Por isso, a questão do conteúdo escolar é importantíssima, aliado a metodologia define o currículo desenvolvido na instituição.

No que se refere ao trabalho com a Língua Portuguesa na escola, sempre esteve atrelado ao processo de implantação de uma norma padrão, um “modelo”, e sempre associado a projetos políticos de nação do século XIX para servir, como de fato vem servindo até hoje ao interesse de uma minoria que constitui a classe dominante, como ressalta Faraco (2008, p. 147)

Em geral a fixação de certo padrão responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa (como “ameaçadora de uma certa ordem”). Foi esse o caso do Brasil no século XIX em que certa elite letrada, diante das variedades populares (em particular do que se veio chamar pejorativamente de ‘pretuguês’) e face a um complexo jogo ideológico (em boa parte assentado em seu projeto de construir um país branco e europeizado) trabalhou pela fixação de uma norma padrão.

É, portanto, no interior da sociedade histórica, que temos uma escola que se nega a atender as necessidades próprias dos sujeitos jovens, adultos e idosos presentes nas turmas de EJA, sendo muitas vezes negligentes quando o assunto é a prática pedagógica de sala, sobretudo quando está voltado para o ensino da gramática, confundida frequentemente com o ensino da língua materna. Aqueles que não dominam a gramática são taxados de não saberem “português”.

As escolas de EJA, campo para esta pesquisa, define o estudo da Língua Portuguesa como sinônimo da norma culta ou padrão, ignorando a sociedade heterogênea. O não reconhecimento da

heterogeneidade no uso da língua é uma das formas de afirmar a desigualdade, os conflitos, a exploração e a dominação como sendo "naturais" e inevitáveis, à medida que uma forma de falar é considerada melhor que a outra, sobretudo quando esse uso da língua é motivo para avaliações, segregações e julgamentos, numa prática preconceituosa linguisticamente.

Para Scherre (2005, p.129), a discriminação ocorre quando um falante brasileiro não faz todas as concordâncias e considera-se que ele está falando errado, que não sabe português e, por consequência não sabe pensar. Esse equívoco acontece porque a Língua materna é comparada à gramática normativa. Esta sim é ensinada, aquela é adquirida no convívio com a sociedade, sem ensino formal, sem a presença da escola. E a língua materna de uma comunidade é, de acordo com Scherre (2005, p.138), seu legado maior, tenha ou não prestígio, e tem de ser respeitada porque faz parte de sua comunidade.

Por isso, trazemos a discussão referente às salas de educação de jovens e adultos, onde numa perspectiva sociolinguística, o aluno é autor de seu discurso e competente no uso da língua, quer domine a norma padrão quer seja usuário da norma popular. Portanto, vale ressaltar que ao estarmos nos referindo a um público jovem e adulto que passou muito tempo de sua vida fora ou sem contato direto com a escola, ao chegar nessa, precisa ter seus conhecimentos prévios valorizados e ser reconhecido como sujeitos portadores de culturas e saberes, como enfatiza a função reparadora no parecer 11/200 Esta função reparadora da EJA se articula com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. Neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades (op. Cit. P.09)

Os sujeitos jovens e adultos chegam à escola experientes no uso da oralidade que adquiriram ao longo de no mínimo quinze anos de suas vidas, que lhes permite ser autor de seus discursos com competência, e mesmo sem escolaridade, são influenciados pela escrita, uma vez que convivem com as escritas em diferentes situações do cotidiano, usando diversos gêneros textuais. E como direito conquistado, os estudantes da EJA precisam ser acolhido na sala de aula, tendo suas especificidades respeitadas e suas necessidades atendidas.

Compreendemos que a escola em suas representações ideológicas, erra ao considerar norma como sinônimo de língua, e considera que os jovens e adultos das turmas da EJA não "sabem falar", por não dominar a norma culta. . Norma, não é língua. "É construto sociocultural, portadora de uma ideologia linguística, muito mais até do que um guia normativo para se falar e escrever e corretamente". A respeito disso Bagno (2007, p.105) diz que

a norma culta por diversas razões de ordem política, econômica, social e cultural é algo reservado a poucas pessoas no Brasil. É o mesmo o que acontece com a alimentação, a saúde, a educação, a habitação, o transporte, o acesso às novas tecnologias. [...] a norma padrão é um modelo de

língua certa, de bem falar [...] (BAGNO, 2007, p.105) Diante da afirmação de Bagno (op.cit, p.105), reconhecemos os alunos de EJA em sua maioria como não usuários da norma padrão, uma vez que são sujeitos privados, não só dela, mas da boa alimentação, da saúde, da habitação, do acesso às novas tecnologias, e por uma boa parte de suas vidas, também da educação, porém essas privações não os tornam incompetentes no uso de sua língua materna, pois essa está presente em suas vidas desde a aquisição da linguagem e isso os fazem usuários competentes da sua língua.

Por isso que, é necessário praticarmos o que Bortone-Ricardo classifica de pedagogia culturalmente sensível

Uma pedagogia culturalmente sensível significa conceber a sala de aula como um ambiente acolhedor e respeitoso das diferenças, onde se estabeleçam relações de confiança entre seus atores, possibilitando que alunos menos experientes sintam-se seguros para expor suas dificuldades, seus erros, com a certeza de que não serão humilhados, e sim, ao contrário, ratificados, já que é um direito dos alunos perguntar e receber a resposta de forma respeitosa. É objetivo da pedagogia culturalmente sensível criar, em sala de aula, ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 128). Não podemos considerar o erro no uso da língua desses sujeitos, pois sendo a língua um conjunto de sons e significados que se organizam sintaticamente para permitir a interação humana, não cabe dizer que há interação certa ou errada, pois "essas classificações são resultantes de visões de mundo, de juízos de valores, de crenças culturais, de ideologias e exatamente por isso estão sujeitas a mudar com o tempo" (BAGNO, 2007). O que o parecer 11/2000 da EJA traz como função equalizadora, garante aos sujeitos da EJA que suas especificidades sejam consideradas: A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização. (op. Cit, p. 11)

De acordo com a função equalizadora da EJA, os sujeitos que tiveram sua formação escolar interrompida, independente de qual tenha sido o motivo, tem o direito de restabelecer sua trajetória escolar e aumentar suas oportunidades de qualificação pessoal e profissional dentro da sociedade.

Para tanto, o trabalho com a linguagem é essencial, visto que a linguagem é o fato social por

excelência, resulta dos contatos sociais. Ela tornou-se um dos vínculos mais fortes que une as sociedades e deve seu desenvolvimento à existência de grupo social. (LABOV 2008, P.304, apud VENDRYES, 1951, p.11). Neste sentido, língua é a parte social da linguagem, ela não existe fora de um tipo de contrato estabelecido entre os membros de uma comunidade.

Labov (1983, p. 235) diz que linguagem é uma forma de comportamento social, usada por seres humanos num contexto social, para comunicar suas necessidades, ideias, emoções uns aos outros. Para ele (2008, p. 302, apud Whitney, 1901, p. 401 - 404),

A fala não é uma posse pessoal, mas social; ela pertence, não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade [...]. O homem fala, portanto, primordialmente não com o intuito de pensar, mas de transmitir seu pensamento. Suas necessidades sociais, seus instintos sociais, forçam-no à expressão. A língua é um bem social. É uma atividade cujas normas envolvem os mecanismos de autorregulação dos indivíduos e dos grupos em suas dinâmicas históricas de interação entre si e com a realidade. A língua é um conjunto de símbolos que os membros de um determinado grupo social usam para se comunicar e interagir, bem como ideologicamente, pode ser usada para emancipar ou dominar, oprimir ou libertar.

É de grande relevância que ao estudarmos a língua, consideremos sua realização, através do uso feito por seres humanos, que como tais, usam de forma diferente, em diferentes contextos e ocasiões, mudando também de acordo com as características próprias de cada sujeito e por isso se faz necessário, compreendermos como se dá esse uso diferenciado da língua, e para tanto precisamos responder aos seguintes questionamentos: o que é variação linguística?

O que é norma?

O que é preconceito linguístico?

A língua é um sistema que nunca está pronto. Ela se renova, muda e se reestrutura. A língua humana apresenta variação que ocorre em todos os níveis da língua. Essa variação, segundo Bagno (2007, p.61) pode ser de ordem morfossintática, sintática, fonético-fonológica, semântica, lexical, estilístico- pragmática.

São variações presentes nos discursos orais dos alunos da EJA, à medida que sua experiência de mundo os fazem sujeitos culturais, os habilitam também a usar uma variedade em detrimento da outra, modificar os sufixos de alguma palavra por não habilidade com aquela forma, usar uma variedade por ter sido influenciado pela escrita, mesmo sem saber pronunciá-la com exatidão e pode reconhecer o seu significado.

Todas as línguas variam e isso implica dizer que não há uma única sociedade ou comunidade na qual todos os sujeitos falem da mesma forma. E não é diferente no Brasil, que, pela dimensão que tem, a variação linguística se constitui em um fato natural e inevitável, graças à heterogeneidade social e aos diferentes graus de contato intergrupar das diversas comunidades aqui existentes.

Esses fatores constituem a variação e são chamados fatores extralinguísticos que podem ser definidos como: origem geográfica, fatores socioeconômicos, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho... (BAGNO, 2007, p. 43-44).

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa Aurélio Buarque, norma é aquilo que se adota como base, ou medida para a realização ou avaliação de algo. Norma é princípio, é regra, é modelo é padrão. Para Faraco (2008, p. 37) norma é um determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma neste sentido se identifica como normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente ("normal") numa certa comunidade de fala.

Faraco (2008), portanto, não vê a norma como padrão ou modelo, como o que está posto no dicionário, mas sim como algo que é normal, corriqueiro, usual que pode mudar de acordo com os fenômenos de variações. Mas nesse sentido, o que é norma culta, padrão ou popular?

Faraco (op. cit) defende também que toda norma linguística tem uma organização estrutural, sendo seguida por todos os usuários dessa língua, o que implica dizer que nenhum falante da língua materna "erra" ao usar a língua, pois todos seguem algumas normas. Apesar de haver diferenças entre os falantes quanto ao domínio das muitas normas sociais, não há falante que fale sem o domínio de alguma norma. Há falantes de classes sociais diferentes. Essas normas são classificadas como:

Norma Padrão – é a norma dos prescritivistas, ligada à tradição gramatical normativa, que tenta preservar um modelo de língua ideal, inspirado na grande literatura do passado. É uma norma concebida, pensada, prevista e proposta como a norma representativa dos usos da língua considerados cultos. É segundo Antunes (2007, p. 92) uma idealização, no sentido próprio do termo. É abstrata, e se distancia do que de fato é real e comprovável nos usos do dia-a-dia.

Norma Culta – refere-se à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população. Segundo o NURC (Norma Urbana Culta), os falantes são definidos cultos por dois critérios: escolaridade superior completa e antecedentes biográficos culturais urbanos. Sobre essa norma, Faraco diz que é

norma linguística praticada em determinadas situações (aquela que exige certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social. (Faraco 2003, p. 40, apud Antunes, 2007, p.88), Norma Popular – refere-se às variedades linguísticas relacionadas ao falante sem escolaridade superior completa, com pouca ou nenhuma escolarização, moradores de zona rural ou periferias empobrecidas das grandes cidades. O que percebe-se portanto é que todos os usuários da língua portuguesa usam variações dessa língua. O que define essa variação como prestigiada ou não é a condições social, econômica e geográfica

desse sujeito.

Segundo Bagno (2007), a gramática tradicional se constitui com base em preconceitos sociais. O fato de uma minoria ter acesso a essa gramática, sendo ela considerada exemplar, faz com que todos aqueles que não dominam a norma culta sejam mal vistos, e em nosso caso, são milhares de brasileiros (as), de todas as idades, acusados de falar "errado" o português. Essa acusação excludente é reforçada nas salas de aula da EJA, indo de encontro ao Parecer 11/2000

A incorporação dos códigos relativos à leitura e à escrita por parte dos alfabetizados e letrados, tornando-os quase que "naturais", e o caráter comum da linguagem oral, obscurece o quanto o acesso a estes bens representa um meio e instrumento de poder. Quem se vê privado deles ou assume este ponto de vista pode aquilatar a perda que deles advém e as consequências materiais e simbólicas decorrentes da negação deste direito fundamental face, inclusive, a novas formas de estratificação social. (Parecer 11/2000, p. 07) Assim, se faz necessário combater a discriminação linguística em função do uso da língua, pois a noção de erro varia e flutua de acordo com quem usa e contra quem. Quanto menos prestigiado socialmente é o indivíduo, quanto mais baixo ele estiver na pirâmide social, mais erros os membros da classe privilegiada encontram na língua dele (BAGNO, 2003, P. 28).

Segundo a função qualificadora da EJA, a escola deve propiciar uma formação visando qualificar esse sujeito para sua formação pessoal e profissional, garantindo mais empoderamento a esse sujeito, ou seja, mais autonomia em suas ações. Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. (Parecer 11/2000, p. 11)

Essa função é essencial e por isso deve ser de fato efetivada na escola, porque a forma como nossa sociedade está organizada, com uma presente estratificação social, resultante da secular desigualdade na distribuição de renda e bens culturais, dentre eles a escolarização, contribuem de forma determinante para que a avaliação seja positiva ou negativa, quando o assunto é variação, sendo que essa avaliação é essencialmente social.

A escola enquanto espaço socialmente instituído é também espaço de encontro entre os saberes erudito, científico e o senso comum. Esse encontro deve servir como um momento propício de formação da cidadania do sujeito, que deve compreender as diferenças, considerando que o fato de uma norma ter sido eleita a forma correta de falar, tudo que difere daquela não deve ser necessariamente errado, que nem sempre deve haver algo melhor ou pior. É preciso que os alunos compreendam que a língua é dinâmica, viva e por isso, passível de mutação, o que significa dizer

que há diferentes formas de usá-la. Essa é a função qualificadora da EJA.

Nesse sentido, o ensino da língua na escola deve se dar por meio de uma educação sociolinguística, através da qual alunos e alunas possam construir consciência da complexidade da dinâmica social, e assim tornarem-se conscientes das múltiplas escalas de valores que são empregadas em todos os momentos nas relações entre as pessoas através da linguagem.

No estudo da dinâmica da complexidade social, o aluno e a aluna vão compreender também que a língua, além de ser um meio de comunicação, é também um meio poderoso de controle social, visto que ela é utilizada ora para preservar, ora para romper vínculos sociais; manter ou distorcer a identidade dos sujeitos, e também pode ser inclusiva e excludente e pode promover a ascensão e a humilhação (BORTONI- RICARDO, 2005).

Com os alunos jovens e adultos essa reeducação pode acontecer à medida que forem desenvolvidas atividades de linguagem em que o aluno perceba que existem diferentes formas de falar, e que o uso que se faz dela depende do contexto em que o falante encontra-se, sua ocupação profissional, nível de escolaridade ou nível social.

Entretanto, essa pesquisa aponta que a escola desperdiça muitas oportunidades de trabalho nessa perspectiva, e reproduz o trabalho numa perspectiva liberal, com foco no estudo da gramática normativa como sinônimo da língua materna. Classificando os alunos da EJA como aqueles que “falam errado” ou que “não sabem falar.

A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas de seus alunos. É preciso que seja desenvolvida uma educação linguística no sentido de que professores e professoras, alunos e alunas tenham consciência de que há diferentes formas de se dizer a mesma coisa, sendo que as variedades utilizadas servem a propósitos comunicativos diferentes, assim como são recebidas de maneira distinta pela sociedade. (BORTONI- RICARDO, 2005).

Ao chegar a essa compreensão, faz-se necessário trabalhar as variedades da língua materna, enfocando a norma padrão e a norma popular, situando o impacto que o uso de uma ou da outra causa à sociedade, enfatizando, no entanto que isso depende de quem fala, com quem fala, onde fala e quando fala. Neste sentido, o aluno vai perceber que todos nós temos um repertório linguístico e este pode ser utilizado de acordo com a necessidade da situação e para tanto temos que ter um monitoramento estilístico que irá sinalizar o que devemos falar e quando devemos falar. Em relação a isso, Faraco (2008, p. 168) expõe que [...] Os falantes não são monoestilísticos, mas alteram a forma de sua expressão, adaptando-as às circunstâncias. [...] os falantes variam sistemática (e não aleatoriamente) sua expressão e tomam como baliza não um padrão absoluto de correção, mas critérios de adequação às circunstâncias. Neste sentido, os fenômenos lingüísticos não são relativos, mas relativos às circunstâncias. Isso significa dizer que o falante da língua materna adéqua sua forma de falar à situação, à ocasião, ou seja, depende do contexto, do seu interlocutor e da situação. O falante, de acordo com Faraco (2008, p.168) é um

ente multiestilístico (ele mesmo, portanto linguisticamente heterogêneo) que adapta sua fala às circunstâncias.

Para que a educação aconteça dessa forma, é preciso que a escola respeite os antecedentes culturais e linguísticos dos alunos, a fim de desenvolver nesses alunos segurança ao se apropriar de outras variedades da língua materna. Dessa forma, o aluno não vai ter desprestigiada sua língua, se esta for composta por variantes que não estão na norma padrão, como diz Bagno (2007, p.69-70) “É ou não é para ensinar gramática?

A resposta é: se for para ensinar gramática como mera repetição da doutrina tradicional, encharcada de preconceitos sociais, definitivamente não é para ensinar gramática. Mas se por gramática entendermos o estudo sem preconceitos do funcionamento da língua, é para ensinar gramática, sim”. Conclusão

No processo de reflexão desse estudo, consideramos que alunos e professores devem compreender que a língua é mais do que um meio de comunicação, ela é lugar e meio de conflito, uma vez que a sociedade em que vivemos é conflituosa, e para que os alunos e as alunas da EJA possam de fato atuar, interagir e compreender o que acontece em nossa sociedade, a escola precisa garantir o acesso dos alunos à norma culta, ampliando seu repertório linguístico.

Apesar de ser a variação um fenômeno natural, não podemos dizer que se mantenha a fala exclusiva que o aluno já traz de sua vivência. Seguindo as funções reparadora, equalizadora e qualificadora, o sujeito jovem e adulto tem direito à escola e ela é o lugar do saber científico, do conhecimento sistematizado, e não deve ser diferente com o ensino da língua. Por isso, o aluno deve ter conhecimento da existência da variação, para que então ele compreenda que há uma ou mais formas de dizer a mesma coisa e isto está ligado a diversos fatores de ordem cultural, social e natural, como já dissemos antes, a fatores externos e internos. E neste sentido, enquanto professores, precisamos providenciar oportunidades de acesso ao padrão valorizado da língua, para que o aluno tenha acesso aos diferentes usos.

Também é papel da escola desenvolver meios que possam possibilitar aos alunos e às alunas a construção de uma consciência crítica para que possam compreender que a norma padrão e a norma popular não são fenômenos naturais, e sim fenômenos exclusivamente políticos e ideológicos.

No Brasil, por ser um país de grandes extensões e fortes desigualdades sociais causadas pela má distribuição de renda, constantemente presenciamos cenas de preconceitos sociais e linguísticos que variam de acordo com a classe social à qual o sujeito pertence, assim como referente à região geográfica em que ele habita, isto é, frequentemente ouvimos falar que os nordestinos não sabem “falar”, só se fala “certo”, “bonito” na região sul e sudeste.

Diante de toda essa realidade, nós professores e professoras precisamos compreender que é na escola que devemos aproveitar o tempo e o espaço pedagógico para transformá-lo num ambiente

de combate ao preconceito linguístico e a toda forma de preconceitos sociais. Para tanto, devemos estar conscientes de que precisamos ensinar um padrão comum, por ser ele a língua oficial do país, na qual são redigidos os documentos, as leis, assim como são elaborados os discursos que uma minoria utiliza para uma maioria, sem deixar de abordar as outras normas.

Referências Bibliográficas ANDRADE, E.R. (2006). **Os Sujeitos Educandos na EJA**. In: FREITAS, M.L.Q, MOURA, T.M.M. Educação de Jovens e Adultos (Guia de estudo), NEAD/Maceió. ANTUNES, I. (2007). **Muito Além da Gramática**: por um ensino de língua sem pedras no caminho. São Paulo, Parábola. BAGNO, M. (1999). **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola. _____ (2000). **A Dramática da Língua Portuguesa**: tradição gramática, mídia e exclusão social, São Paulo: Loyola. _____ (2001). **Português ou Brasileiro**: um convite a pesquisa. São Paulo: Parábola. BAGNO, M et al. **Língua Materna**: Letramento, Variação e Ensino. São Paulo, Parábola, 2002. _____ (2003). **A língua de Eulália**: Novela sociolinguística. 12 ed. São Paulo: Contexto. _____ (2004). **Educação em Língua Materna: A sócio linguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial. _____ **A Norma Oculta**: Língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo, 5ª ed. Parábola, 2005. _____ (2007). **Nada na Língua é Por Acaso**. São Paulo. Parábola. BORTONI-RICARDO. S. M; DELTONI, R. do V. (2001). **Diversidades Linguísticas e Desigualdades Sociais**: Aplicando a Pedagogia Culturalmente Sensível. In: COX, M. I. P; ASSIS-PETERSON, A.A. de. (Org.). **Cenas de Sala de Aula**. Campinas-SP: Mercado das Letras. BORTONI-RICARDO. S. M. (2004). **Educação em língua materna: A sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola. _____ (2006). **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola. _____ (2008). **Falar, ler e escrever em sala de aula**: do período pós alfabetização ao 5º ano. São Paulo: Parábola. Brasil, (2000). **Parecer número 11 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**, aprovado em 05 de maio de 2000. BRIGH, W. (1974). **As dimensões da sociolinguística**. In: FONSECA, M S V; NEVES, M.F. (Org.) Sociolinguística. Rio de Janeiro: Eldorado. CASTILHO, A. T. de. (1998). **A Língua Falada no Ensino de Português**. São Paulo: Contexto. CAVALCANTE, M. A.da. S, FUMES, N.L.F. (2006). **Educação e Linguagem**: Saberes, discursos e práticas. Maceió: EDUFAL. CAVALCANTE, M. A.da. S; SANTOS, M. B. (2000). **Contribuições da Variação Linguística ao Ensino de Língua Portuguesa**. In: MOURA, M. D; MORAIS, G. (Org.) **Ler e Escrever Para Que?** Maceió: EDUFAL. DIONISIO, A. P. **Variedades Linguísticas**: (2002). Avanços e Entraves. In: DIONISIO, A. P; BEZERRA, M. A. O livro Didático de Português: múltiplos olhares. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna. FARACO, C.A. (2008). **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: parábola. FREITAS, M.L.Q., COSTA, A.M.B. (org.) (2007). **Proposta de formação de**

alfabetizadores em EJA: referenciais teóricos-metodológicos. Maceió: MEC e UFAL. GAGNÉ, GUILLES. (2002). **A norma e o ensino da língua materna.** In: BAGNO, M et al. *Língua Materna: Letramento, Variação e Ensino.* São Paulo, Parábola, p. 163-238. GORSKI, E.M., COELHO, I.L. (2006). **Sociolinguística e Ensino:** Contribuições para o ensino do professor de língua. Florianópolis, ed. UFSC. **LABOV, W. (1983) Modelos Sociolingüísticos.** Madrid: Cátedra. _____. (2008). **Padrões Sociolingüísticos.** Parábola Editorial. MARCUSCHI, L.A. (2008). **Produção textual:** análise de gêneros e compreensão. São Paulo, Parábola Editorial. SCHERRE, M.M.P. (2005). **Doa-se Lindo Filhotes De Poodle:** variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo, Parábola. TARALLO, F.A (2002). **Pesquisa Sociolinguística.** 7 ed. São Paulo: Ática. VOTRÉ, S. J. (2003). **Relevância da variável escolaridade.** In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M.L. **Introdução a sócio linguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto.

[1] Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Alagoas. Professora das Redes Municipais de Ensino de Maceió e Pilar- Alagoas. [1] Mestrado em Educação Brasileira, desenvolvido sob a orientação da Professora Dr^a Auxiliadora Cavalcante, líder do grupo de Pesquisa Educação e Linguagem do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: